

Habitação Social

Perspectivas de Intervenção

*Manuel Farinha **

Intervir hoje, na habitação social, para alguns municípios, nomeadamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, é fazê-lo no âmbito do Programa Especial de Realojamento, PER.

Não nos iremos deter na problemática específica deste tema ainda que o mesmo não deixe de estar presente no que adiante vamos abordar.

Percorreremos, portanto, um outro caminho, abrindo janelas sobre os domínios da economia, sociologia e morfologia urbana, disciplinas convergentes, entre outras, na produção do espaço e da forma, isto é, do urbanismo.

No relativo à morfologia urbana, no âmbito da habitação social, há todo um historial dos últimos vinte e cinco anos que importa ter presente, nomeadamente no que se refere às consequências sociais e económicas dos pesados programas de intervenção urbana então realizados.

A definição do espaço é uma das vertentes fundamentais do urbanismo, designadamente, o espaço construído não edificado.

Para um melhor entendimento deste objecto adoptaremos o conceito de Stanley Tanel que, referindo-se ao espaço livre, define-o de forma ampla abrangendo não apenas todo o solo e água das áreas urbanas e sua envolvente não coberta por edifícios, mas também o espaço e a luz.

O espaço tem sido objecto de estudos diversos visando o seu entendimento, caracterização e classificação.

Tunnard-Pushkarev identifica quatro funções a que o espaço dá resposta: a produtiva, a protectora, a ornamental e a recreativa. Por sua vez, Stanley distingue, no espaço livre, aquele de que os indivíduos têm consciência daquele de que podem não ter consciência ainda que este influencie a sua vida quotidiana.

No âmbito da primeira das categorias apontadas por Stanley o espaço cumprirá três funções:

- 1º Ser usado, em actividades recreativas activas ou passivas e permitir a circulação;
- 2º Ser visto, da habitação, da rua ou de outros pontos;
- 3º Ser sentido, isto é, ser privado ou público e interpretado enquanto matéria própria, com volume ou escala.

Quanto à segunda categoria – a do espaço que pode escapar à percepção do indivíduo – Stanley classifica-o em duas classes:

- 1ª Aquele que tem actividade urbana assegurando, por exemplo, o abastecimento de água, ou a prevenção de inundações por captação da água sedentária;
- 2ª Aquele que contribui para definir a morfologia urbana enquanto espaço entre edifícios ou comunidades ou, ainda, espaço que canaliza o desenvolvimento ou apenas o solo de reserva.

Importará, portanto, saber-se em que medida são o indivíduo e a sociedade condicionados pelo espaço e pelas superfícies que o limitam.

A dureza dos paramentos ou a aridez da envolvente, ainda que "temperados" pela cor até que ponto influenciam o comportamento do indivíduo?

Em que medida somos nós condicionados pela agressividade da relação do edifício com a envolvente? Seja por via dos seus acessos, seja por via do alheamento provocado, na forma, relativamente ao espaço que a envolve?

Ao intervir no espaço importará dominar a escala de intervenção. Não nos deixemos manietar pelo primado dos quantitativos economicistas e, tão pouco, por regras redutoras de cércas máximas que dispensam o elevador.

Nos nossos dias face aos problemas sociais com que nos deparamos, à degradação da vida urbana e à decadência do espaço enquanto local colectivo de vida e encontro, é cada vez mais importante humanizar a relação de escala entre o edifício e o indivíduo.

Importa, também, incluir no edificado e, logo à partida, infra-estruturas sociais que contribuam para a “sociabilização do edificado e da envolvente”.

Os espaços exteriores contidos pelo edificado, se se pretende que sejam efectivamente ocupados e vivificados, não o serão à custa da aridez das suas superfícies e paramentos.

Concordamos em que, no âmbito de operações de natureza social, seja difícil – mas não impossível – criar soluções agradáveis, economicamente viáveis e resistentes.

Acontece, porém, que é necessário investir neste domínio. Fazê-lo do ponto de vista não só económico mas também projectual. É fundamental investir, insistir, e, também educar.

Se o espaço enquanto objecto qualifica – e define – o urbanismo, no âmbito da habitação social deve ser sujeito a especial atenção, na definição dos seus volumes, interligações e funções.

De contrário, não serão de admirar as atitudes e reacções dos potenciais utilizadores desse espaço. Desenraizados do território que habitam, não se identificando com ele, nem reconhecendo aí quaisquer elementos que para si tenham significado específico, maltratam o espaço, repudiam-no e destroem-no. As razões deste comportamento serão, entre outras, as longínquas ou inexistentes raízes rurais destas populações. Existente em gerações anteriores, contribuiu então para um outro relacionamento com o espaço.

Há, no entanto, conforme é sabido, outro tipo de razões que justificarão as atitudes e os comportamentos dos indivíduos.

São, entre outros, os horários escolares de meio-tempo, as situações de degradação familiar, a toxicodependência, o desemprego, os salários baixos, o alcoolismo, etc, etc.

Entre outros, os exemplos referidos têm consequências desastrosas sobre o meio, nomeadamente sobre o urbano.

Refiro-me, por exemplo, às acções de vandalismo de que as áreas habitacionais e comerciais são alvo. Importa, pois, salientar, mais uma vez, quão indispensável é, nos programas de habitação social, conhecer o território sobre o qual se actua, não só quanto aos aspectos físicos mas, também, e principalmente, quanto aos aspectos humanos.

É particularmente importante interpretar as morfologias dos bairros degradados ou clandestinos e conhecer os hábitos e as tradições das populações envolvidas.

Será que é indiferente utilizar um mesmo T3 ou T4 para uma família de etnia cigana ou para uma outra que o não seja, havendo nesta um homem desempregado e a mulher costureira e ainda dois ou três filhos, por exemplo?

E os espaços, interior e exterior, terão o mesmo significado e modos de utilização para cada um destes dois tipos de utilizadores?

Quanto ao fraco nível de escolaridade ou a elevada taxa de desemprego que neste tipo de populações se encontra, qual a sua incidência sobre o espaço?

O problema da habitação social, ou melhor, o problema da existência de uma parte da população com graves problemas de integração social, não passará também pela falta de equipamentos para os diversos escalões etários e pela ausência de instrumentos geradores de emprego que contrariem aquilo a que Thompson chama de “desemprego estrutural decorrente oferta de recursos produtivos pouco flexíveis”? É possível que sim”

Thompson chama a atenção para as ambiciosas iniciativas de **erradicação** de bairro degradados, que podem resultar inúteis e frustrantes, se o desemprego de longa duração e a extrema pobreza criarem novos bairros degradados a um ritmo ainda mais rápido que o das acções tomadas para os eliminar.

A mensagem é, com certeza, suficiente explícita. Para os políticos e para a sociedade. Acrescentaremos, apenas, que tendo de trabalhar com os programas que temos deveremos estar avisados, e alertar, para que os novos núcleos habitacionais criados na esteira do Programa Especial de Realojamento, não sejam um somatório de casulos anódicos, indiferentes às características das populações que irão ocupar. Não pensemos, porém, em guetos para uns e para outros, dissimulados pela capa de preservação de identidades culturais. Já temos exemplos e resultados do passado quando a tal não foi possível atender.

Portanto, quanto à forma, cada um siga a sua filosofia desde que daí não advenha o primado betão sobre o indivíduo.

Que se olhe para o futuro e se estudem soluções, por via pluridisciplinar, visando o equilíbrio social e urbano, cada vez mais urgente e indispensável.

* Arq. Manuel Farinha, Prof. Auxiliar ULHT

Fotos: Fernando Costa